

Pesquisa da biodiversidade

Até o término deste ano o Brasil deverá, finalmente, estar em condições de dar caráter sistemático à pesquisa científica da biodiversidade da floresta amazônica com a entrada em operação dos 26 laboratórios do Centro de Biotecnologia da Amazônia (CBA), cuja construção foi retomada em outubro passado.

Essa é a base do Programa Brasileiro de Ecologia Molecular para Uso Sustentável da Biodiversidade (Probem), cujo principal objetivo é identificar e explorar os usos medicinais e farmacêuticos dos riquíssimos recursos da fauna e da flora locais. Outro objetivo é também assegurar a propriedade e o patenteamento do conhecimento sobre esses recursos, evitando que ele seja contrabandeado para fora do País.

O Brasil é detentor da maior biodiversidade do mundo mas, apesar disso, vem há décadas negligenciando seu valor econômico e social, permitindo o extrativismo predatório na floresta – a chamada *biopirataria*. Além da ação de madeireiras e de proprietários rurais responsáveis pela maior parte dos incêndios que consomem a vegetação, a floresta amazônica sofre a ação predatória de pesquisadores de outros países que ali atuam, extraindo e exportando ilegalmente produtos e essências sem serem perturbados por uma repressão sistemática das autoridades.

Cidades como Óbidos e Santarém, no Pará, são tidas mundialmente como centros de contrabando de insetos e plantas da Amazônia para a Inglaterra, Suíça, França, Estados Unidos e países asiáticos. Muitas espécies de plantas e animais estão em via de extinção por causa dessa atividade. As comunidades indígenas também foram – e certamente ainda são – alvo de pesquisadores que nelas se infiltram em busca das fórmulas feitas com ervas e animais.

Muito raramente são registrados flagrantes de biopirataria no Brasil. O último ocorreu em novembro, quando botânicos holandeses foram presos com 137 amostras de plantas retiradas do Parque Nacional da Serra do Divisor, no Acre. Com eles, além dos bulbos, mapas da região e até sensores ligados a satélite, foi apreendida documentação que demonstrava ser a empresa holandesa Valstar proprietária de várias patentes de fórmulas feitas a partir de plantas brasileiras e que pesquisadores ligados a ela atuavam em diversas regiões da Amazônia.

O ministro do Meio Ambiente, José Sarney Filho, admite que o País não tem capacidade operacional para controlar a evasão de recursos biogênicos da Amazônia e que só há uma saída para evitar essas perdas: contrapor a bioprospeção à biopirataria.

Brasil negligenciou o valor econômico e social de seus recursos

A propósito, o diretor-geral da Associação Brasileira para o Uso Sustentável da Biodiversidade da Amazônia (Bioamazônia), Wanderley Messias da Costa, acredita que, com a nova legislação sobre patentes, será possível atrair, para o Probem, investimentos da própria indústria farmacêutica, um dos maiores parceiros potenciais das pesquisas.

A promessa do governo de destinar R\$ 48 milhões ao Probem nos próximos quatro anos poderá assegurar o início dos projetos de pesquisa. Mas, segundo Messias da Costa, o próximo passo será procurar fontes alternativas de recursos, “semelhantes às do fundo que financia o monitoramento ambiental no Alasca” que já acumulou recursos de US\$ 15 bilhões.

A pesquisa ordenada da floresta por pesquisadores brasileiros é tarefa imprescindível para que o País possa aproveitar de maneira sistemática e não predatória seu potencial econômico.